

CRISE E NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA

LUÍSA MOURA

Professora Visitante da UNILA

RESUMO

Ao falar da nova configuração dos estados latino-americanos não se pode deixar de abordar a Teoria da Dependência, assim como não se pode deixar de lado a história que envolve cada um dos Estados. Por fim, aborda-se a como essas mudanças influem nas configurações estatais e como, elas mesmas, transformam o estado em uma ferramenta para a própria construção.

Palavras-chave: Teoria da dependência, estados latino-americanos, configurações estatais.

ABSTRACT

In terms of the new configuration of Latin American states can not fail to address the Dependency Theory, as one can not put aside the history that surrounds each of them. Finally, it discusses how these changes influence the state transforming it into a tool for the actual construction.

Keywords: Dependency theory, Latin American states, state settings.

1. Introdução: Teoria e Método

Para realizarmos a abordagem das novas configurações do Estado na América Latina partimos da concepção crítica da Teoria da Dependência que preconiza que, nas situações de dependência, por suas relações subordinadas às economias centrais e aos interesses das suas classes dominantes, ficam comprometidas a soberania do Estado e a democracia nesses países, até mesmo para as burguesias nacionais (SILVA, 1989).

Também consideramos que não se pode entender o Estado moderno sem seu ponto de apoio histórico, mas que este Estado representa hoje um

poder diferente daquele de sua origem, visto que está erguido sobre pressupostos econômicos e sociais distintos, articulados não mais em relações sociais cooperativas e sim competitivas, o que o faz isolar as suas fronteiras geográficas e reivindicar a soberania sobre seu território (BONAVIDES, 2010).

Por outro lado, a cada período no qual as relações econômico-sociais se esgotam por meio de uma crise que debilita o poder dos Estados dos países centrais e acirra as contradições entre elas, abre-se espaço à emergência de novas classes sociais, locais e regionais que passam a erigir blocos de poder inseridos no padrão de reprodução regional e nas contradições entre os níveis locais de avanço das forças produtivas. Esta condição produz um cenário de ascensão das forças sociais no qual elas assumem, não apenas um protagonismo, como um espaço político no jogo democrático que é recuperado precisamente a partir de sua história.

2. Configurações locais do poder: poder comunal e comunismo cristão – *Ayllus* e República dos *Guarani*

Tomaremos, nesta análise, dois exemplos das estruturas de poder existentes na América do Sul: os *ayllus* no mundo andino e a república "comunista" dos guaranis, os quais estão na base das "novas" configurações do Estado na América Latina e com ela interagem.

Os *ayllus*, em todas as suas dimensões sociais (formas de propriedade e produção econômica, organização social e estruturas de poder), lingüísticas e artísticas, guardavam semelhanças com povos da antiguidade, segundo Bautista Saavedra (SAAVEDRA, 1987), que cita os clássicos da Sociologia para desenvolver esta tese. Do México aos países da América do Sul, sobretudo os povos ocupados pela Espanha, guardavam também, entre si (caso dos incas, quechua, aimaras e aztecas), grandes semelhanças.

Vivendo na fase de comunidade primitiva, o que os assemelhava era o fato de possuírem um sistema produtivo comunitário, de baixa tecnologia e de serem formados pela família consanguínea típica da gens, de onde vêm a proceder outros desdobramentos da organização social e de poder: o mando

hereditário - a linhagem - era credenciado pela descendência do chefe real comunal. A família consangüínea era o núcleo base do tecido social (produção, distribuição e poder) e o *ayllu* parece ser a gens primitiva das populações do centro do continente sul-americano. Ele implicava, pois, numa relação de parentesco aristocrático e patronímico.

Entretanto, o *ayllu* não permaneceu cristalizado em sua estrutura primitiva familiar, mas se transformou sucessivamente em clan e comunidade de aldeia. Congregados e misturados, os *ayllu* formaram comunidades territoriais e povos. Num período posterior em que se organizam os impérios na América Latina, o *ayllu* ressurge, não nas suas características comunitárias primevas, mas como agrupações nas famílias aristocráticas que se apoderam do governo da nação (GRONDIN, 1978; PORTUGAL, 2009)

O que restou das formas de organização comunais comunitárias dos impérios não desapareceu por completo, embora os padrões de reprodução e, portanto, as formas de Estado do capitalismo ocidental tenham se sobreposto às formas locais de estrutura do poder, esvaziando-as em alguns casos, desconhecendo-as em outros ou ainda eliminado-as por completo, conservando apenas alguns traços do antigo mando com conotações culturais.

Quando os conquistadores chegaram, aproveitaram-se, para exercer a sua dominação, da estrutura dos impérios Azteca e Inca, estabelecendo um sistema de tributação ao rei de Espanha cujo topo ficava na Península Ibérica e cuja base era o conjunto das comunidades gentílicas da América espanhola. Conseguiram, dessa forma, alianças importantes com os povos da base desta estrutura para derrubar os imperadores e, com eles, todo o sistema político e de produção baseado no *ayllu* imperial.

Os conquistadores espanhóis e portugueses, além da estrutura de dominação estabelecida do México aos países andinos pelos impérios Azteca e Inca, encontraram também os *guarani*, que ocupavam toda a área compreendida entre os confins do Equador e o Rio da Prata e quase todo o Brasil e ainda o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre-Rios na Argentina. É costume dizer-se que sua pátria é a região onde hoje se encontra o Paraguai porque a palavra *Paraguay* designava, no século XVI, toda a bacia

dos três grandes rios que convergem para o Prata, até os Andes, do Chile ao Peru, bastante para o interior da Bolívia, do Brasil e do Uruguai e mesmo dos Pampas, ao sul de Buenos Aires, até a longínqua "Terra de Magalhães".

Dizem os historiadores não ser duvidoso que essa nação tenha sido a mais numerosa da América do Sul. Os *guarani* formavam um grupo étnico de muitos milhões de indivíduos, distribuídos de maneira mais ou menos densa num espaço de tamanho superior ao da Europa inteira.

Antes da chegada dos jesuítas, os *guarani* se organizavam em função da religião. Acreditavam num deus único que não cultuavam e a quem não ofereciam sacrifícios, mas que estava disperso por toda a natureza. Mesmo porque não existiam sacerdotes nas tribos. As doenças eram tratadas por médicos-feiticeiros que utilizavam o conhecimento natural para tratamentos baseados em magia.

Cada tribo tinha um cacique como chefe, cuja autoridade era praticamente absoluta ainda que frágil e à mercê de uma reação coletiva da tribo. Os caciques eram independentes uns dos outros. Caso excepcional é o narrado por Charlevoix (CHARLEVOIX, apud LUGON, 1977, p.24), em que “cerca de quinhentas famílias estabelecidas às margens do rio Uruguay eram dirigidas por vários caciques, todos vassalos de Niezu, o cacique mais poderoso”. As diversas tribos viviam em isolamento social, embora fossem nômades. Mesmo assim, puderam conservar a mesma língua no vasto território em que habitavam.

Os colonizadores chegaram e, apesar de alguns contatos preliminares com os povos habitantes índios terem sido pacíficos, devido à diversidade de estágios civilizatórios, logo empreenderam uma conquista belicosa e sanguinária, submetendo-os às armas e saqueando os tesouros que pudessem encontrar, tentando escravizá-los.

Os *guarani* não aceitavam a escravidão, preferindo matar-se a se tornarem escravos. Tendo em vista as atrocidades que eram cometidas e os rumos descontrolados da conquista, os jesuítas que chegaram junto com os primeiros colonizadores e outras ordens missionárias receberam aos seus

cuidados a evangelização dos índios por parte de Carlos I de Espanha e de Dom João III de Portugal. Os jesuítas, então, lutaram contra os poderes centrais e militares e se impuseram contra a escravidão dos *guarani*, conseguindo que reis e papas legislassem a favor dos índios, mas com pouco efeito, pois o controle sobre as províncias distantes era muito difícil, e os abusos continuaram ao longo de toda a história da colonização.

Possivelmente por isso, e tendo como garantia o respeito à própria organização e cultura, os *guarani* aceitaram ser dirigidos pelos jesuítas na formação das **reduções ou missões jesuíticas**, um ensaio cristão da utopia da **sociedade harmoniosa**: a República *Guarani*.

O sistema das missões tem suas referências no contexto da política colonial que os países poderosos da Europa criaram para a América. As reduções foram aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos jesuítas no Novo Mundo, como parte de sua obra “civilizatória e evangelizadora”. Criadas em toda a América colonial, tinham como objetivo principal constituir uma sociedade com os benefícios e qualidades da sociedade cristã europeia, mas sem os seus vícios. Para conseguirem seu objetivo, os jesuítas desenvolveram técnicas de contato e atração dos índios e logo aprenderam sua língua, e a partir disso os reuniram em povoados que por vezes abrigaram milhares de nativos.

E assim criaram as estruturas das missões/reduções, partindo das estruturas comunais, as quais ficaram assim organizadas: eram em larga medida auto-suficientes, dispunham de uma completa infraestrutura administrativa, econômica e cultural que funcionava num regime comunitário, em que os nativos eram educados na fé cristã e ensinados a criar arte às vezes com elevado grau de sofisticação, mas sempre em moldes europeus. Depois de um início assistemático marcado por tentativas frustradas, como é o caso da tentativa com os índios da América do Norte e Canadá pelos jesuítas franceses, em meados do século XVII o modelo missionário já estava bem consolidado e disseminado por quase toda a América (LUGON, 1977), mas teve de continuar enfrentando a oposição de setores da Igreja Católica que não concordavam com seus métodos, do restante da população colonizadora, para

quem os índios não valiam a pena o esforço de cristianizá-los, e os bandos de caçadores de escravos, que aprisionavam os índios para submetê-los ao trabalho forçado na economia colonial exploradora e destruíram diversos povoados, causando muitas mortes.

Contribuiu muito para a dissolução das missões na América do Sul a Guerra Guaranítica (1750-1756), ou seja, violentos conflitos que envolveram os índios *guarani* e as tropas espanholas e portuguesas no sul do Brasil após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Os índios *guarani* da região dos Sete Povos das Missões recusam-se a deixar suas terras no território do Rio Grande do Sul e a se transferir para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no acordo de limites entre Portugal e Espanha. Com o apoio parcial dos jesuítas, no início de 1753 os índios *guarani* missioneiros começam a impedir os trabalhos de demarcação da fronteira e anunciam a decisão de não sair da região dos Sete Povos. Em resposta, as autoridades enviam tropas contra os nativos, e a guerra eclode em 1754. Um dos principais líderes *guarani* é o capitão Sepé Tiaraju. Ele justifica a resistência ao tratado em nome de direito legítimo dos índios em permanecer nas suas terras. Comanda milhares de nativos até ser assassinado na Batalha de Caiboaté, em fevereiro de 1756. Chega ao fim a resistência *guarani*.

Se o sistema missioneiro buscou introduzir o cristianismo e um modo de vida europeizado, integrou, porém, vários dos valores culturais dos próprios índios, e estava baseado no respeito à sua pessoa e às suas tradições grupais, até onde estas não entrassem em conflito direto com os conceitos básicos na nova fé e da justiça. O mérito e a extensão do sucesso dessa tentativa têm sido objeto de muito debate entre os historiadores, mas o fato é que foi de importância central para a primeira organização do território e para o lançamento das fundações da sociedade americana como hoje ela é conhecida.

Mesmo com vários problemas a vencer, as missões como um todo prosperaram a ponto de em meados do século XVIII os jesuítas se tornarem suspeitos de tentar criar um império independente, o que foi um dos argumentos usados na intensa campanha difamatória que sofreram na América

e na Europa e que acabou por resultar na sua expulsão das colônias a partir de 1759 e na dissolução da sua Ordem em 1773. Com isso, o sistema missioneiro entrou em colapso, causando a dispersão dos povos indígenas reduzidos.

3. Independência e estados soberanos dependentes consentidos.

Estados do bem-estar social, as ditaduras e seu fim, o neoliberalismo

Se analisarmos o período de “descobrimento” e colonização do “novo mundo” dentro da lógica das necessidades de ocupação dos espaços mundiais para garantir a acumulação no capitalismo nascente na Europa, ainda em sua fase mercantil, podemos, portanto, compreender a lógica de implantação, nas novas terras, de estruturas políticas e militares que garantissem o controle dos processos de produção, acumulação de riquezas e sua entrega aos tesouros dos países europeus.

As burguesias nascentes nas regiões ocupadas, tendo como referência as magnas revoluções econômicas e políticas da época, como a revolução industrial na Inglaterra, a da independência norte-americana, a revolução francesa e a emancipação das colônias espanholas nas Índias, bem como a instalação da corte portuguesa no Brasil (que por algum tempo alimentou a esperança espanhola da instalação de um Império do Prata), e ainda a vitória da ciência e do pensamento racional, e com ela o liberalismo econômico e político, empreendem um ciclo de lutas pela implantação de estados nacionais como espaço próprio e particular para a articulação dos seus interesses econômicos e políticos. Criar uma nação é sempre uma luta árdua, mas que encontra nas ações dos próprios dominadores elementos que convergem para o mesmo fim antes que esse movimento seja percebido e se levantem as colossais forças para derrubá-lo. Foi o caso dos esforços pela unidade e coesão das Índias Ocidentais levado às últimas conseqüências, sobretudo pela Espanha, na qual se apoiaram as colônias nas suas lutas pela independência. Convinha à Espanha e Portugal manter seus interesses comerciais, no que foram solapados pela Inglaterra e Estados Unidos quando editaram tratados impeditivos ao desenvolvimento industrial das colônias emancipadas,

praticaram uma política externa dúbia ou invadiram e sabotaram os esforços pela unidade continental.

É caso exemplar a luta de Simón Bolívar para estabelecer a Pátria Grande que, mesmo tendo conseguido inicialmente constituí-la (República da Gran Colombia), foi sabotado pelos interesses colonizados das burguesias locais e pelas manobras norte-americanas para instalar sua hegemonia política e militar nas antigas colônias, ideologia esta contida na Doutrina Monroe.

Latino-americanismo versus pan-americanismo foi o cenário desenhado no Congresso Anfictiônico do Panamá quando, e apesar dos boicotes norte-americanos, se decidiu pela unidade latino-americana. Mas depois de muitas tentativas frustradas de unidade e integração, ao final do século XIX começaram as conferências pan-americanas lideradas pelos Estados Unidos e retomadas ao final da II Guerra, que resultaram na construção da OEA a partir do escritório econômico mantido em Washington (MARTINEZ, 2006).

Em meio à grande crise estrutural do capitalismo, quando ocorreram duas guerras mundiais e uma grande depressão (1914-1945), nasceu um novo padrão de reprodução do capital a nível mundial comandado pelos países centrais, sobretudo pelos EUA, mas muitos países periféricos aproveitaram-se da crise para promover, com base no uso do Estado como agente econômico, a implantação de políticas econômicas de substituição de importações, o que propiciou o desenvolvimento de bases industriais autônomas nacionais a partir da descoberta e utilização do potencial de matérias primas de cada região (SOUZA, 2009).

Entretanto, o movimento comercial ainda era desfavorável aos países agora chamados de “sub-desenvolvidos” (diga-se não industrializados e com suas economias regionais fortemente baseadas nas monoculturas do açúcar, café e bananas) ou “Terceiro Mundo”, e era cada vez maior o distanciamento entre o desenvolvimento econômico e social dos povos europeu e norte-americano e o dos povos latino-americanos, do México à Patagônia. Este fato, bem como a constatação – no caso do Brasil – de diferenciações regionais internas levou organismos internacionais a criarem políticas especiais e organismos estatais para incentivarem a industrialização da América Latina. Foi

o caso da CEPAL em nível da América Latina e da SUDENE no Brasil, capitaneadas respectivamente por Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Embragadas pelo sucesso destas políticas, as burguesias locais acreditavam no desenvolvimento de 50 anos em 5, mas sucumbiram ao canto da sereia da doutrina de segurança norte-americana que dizia pretender defender o continente da ameaça comunista num mundo bipolarizado hegemonicamente (SILVA, PINTO, & SOUZA, 2008). Não estavam tão convictos nem conseguiram suportar o peso da responsabilidade de serem os porta-vozes e as correias transmissoras desta ideologia em sociedades em que a democracia vicejava e o bem-estar se estendia à população através de estados desenvolvimentistas.

Coube aos militares, treinados nos Estados Unidos e sentinelas avançadas na defesa das fronteiras físicas e ideológicas, o papel de reprimir os movimentos populares e abortar os processos nacional-desenvolvimentistas que tanto desagradavam ao império norte-americano, pois criavam obstáculos à expansão dos interesses dos seus capitais. Iniciava-se o ciclo das ditaduras na América Latina.

Após o ciclo das ditaduras militares na América Latina, a reconquista da democracia nos principais países da região manteve o Estado refém dos interesses vinculados ao capital monopólico internacional, quando se implementou o programa preconizado pelo Consenso de Washington, nos moldes da doutrina neoliberal, isto é, o Estado deixaria de cumprir o seu papel de garantidor do bem-estar social para ficar omissos e assim favorecer abertamente a “cidadania” proposta pelo mercado (SILVA, in MOTTA, 2006).

Este foi um quadro que a restauração da democracia nos países latino-americanos não conseguiu reverter, pois ela se deu em meio à crise mundial dos anos 1970 e à queda do mundo socialista e o fim da bipolarização. E ainda, segundo Sader, “o neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação” (SADER, in SADER & GENTILI, 1995, p. 35).

4. Conclusões: Crise do Estado na América Latina e suas novas configurações

Mas já no início do século XXI o povo, os intelectuais críticos (sobretudo os novos teóricos da dependência) se aperceberam o quanto esse Estado era transportador da crise cíclica do capitalismo mundial e pela ideologia e soluções neoliberais que a acompanharam. Seu papel passa então a ser questionado pela sociedade em movimento.

Esgotado, desde os anos 1970, o padrão de reprodução do capitalismo mundial baseado na extração do petróleo como combustível, o Estado capitalista havia abdicado de sua função social de proteger seus cidadãos para estimular as iniciativas do mercado que se auto-definia como competente regulador das relações econômicas e responsável pelas relações socioculturais na sociedade em seu lugar.

Muito embora o desmonte que o ajuste neoliberal produziu no Estado brasileiro não tenha se completado (SILVA, in MOTTA, 2006), no restante da América Latina, especialmente no México e Argentina, a crise e a política neoliberal produziu efeitos devastadores, concentrando a renda e criando ou agravando situações de pobreza e de desigualdades sociais (Soares, 2000).

Entretanto, avançavam por toda a América Latina, nos anos 1980, as lutas pro-reformas, no sentido de "modernizar" as estruturas face ao imenso desajuste social produzido no continente (SOARES, 2000) pelas restrições aos gastos sociais recomendados pelo FMI – Fundo Monetário Internacional. O FMI, na teoria, ajudava os países latino-americanos a equacionar sua dívida pública, mas na prática intermediava a interferência do capital financeiro nas políticas públicas de cada país. A dívida externa e a eterna dependência dos financiamentos deste organismo permitiam a sua interferência no desmonte do Estado e até na política externa de cada um desses países no sentido de não permitir que as lideranças latino-americanas se firmassem e levassem adiante as propostas de integração regional decisivas para alcançar as reformas propugnadas e o desenvolvimento da região.

O poder estatal também passa por uma crise de legitimidade, quando é questionada a ausência da participação popular. Passa a ocorrer então um processo de fortalecimento do Estado que muitos autores classificam de “novo nacionalismo” e outros afirmam se tratar da reinvenção da nação (MONASTERIOS, STEFANONI & DO ALTO, 2007).

Mas este é um processo que passou inicialmente por esforços no sentido de fortalecer os organismos de integração em marcha na América Latina (MICHELENA, 1977) como forma de afirmar suas soberanias e, posteriormente, já no século XXI, por uma insatisfação popular e crítica ao próprio modelo de Estado, classificado de pós-neoliberal.

A subida então ao poder de lideranças populares como o operário Luiz Ignácio Lula da Silva e do *cocalero* Evo Morales explicitam este momento: uma revolução simbólica que revolve o papel de submissão que a sociedade reservou historicamente às classes populares e que permite uma transformação econômica e no papel do Estado indispensável à mudança das condições de vida de milhões de latino-americanos empobrecidos (MONASTERIOS, STEFANONI & DO ALTO, 2007).

Na Venezuela, Hugo Chavez propõe o socialismo do século XXI, recuperando o bolivarianismo e fazendo dele a bandeira para o processo de avanço da sociedade venezuelana. As dinâmicas na qual se apoia (antiimperialismo, revolução democrático-burguesa, contra-revolução neoliberal e socialismo no século XXI) caracterizam uma oposição à doutrina Monroe e aos interesses da União Européia para privilegiar os interesses da Venezuela: a construção de um estado popular e o favorecimento ao desenvolvimento das forças produtivas.

Essas propostas se chocam com amplos e arraigados interesses no campo, onde o choque com os latifundiários teve como resultado o assassinato de lideranças camponesas, e com poderosos interesses monopólicos nacionais e transnacionais, o que produziu várias tentativas de golpe de estado naquele país. O povo defendeu o governo de Chaves. Graças à sua liderança, na Venezuela o Estado se apóia na sua principal empresa, a PDVSA, para desenvolver políticas públicas, redistribuindo a riqueza do petróleo. Levando,

através das *Missiones*, benefícios à população em diversas áreas como saúde, educação, habitação e gerando novas relações sociais com base na cooperação desenvolvida em pequenas empresas sociais/cooperativas.

No Brasil, a devastação econômica e social produzida pela abertura da economia e a diminuição do Estado levaram a uma onda de mobilização social que deságua na eleição de Lula da Silva. O novo governo, ao mesmo tempo em que mantém aspectos fundamentais da política econômica anterior, sobretudo em seus aspectos financeiros, inicia um processo de mudança, ao praticar uma política externa independente, fortalecer o processo de integração latino-americana, recuperar o papel do Estado na economia e melhorar a distribuição da renda através de políticas públicas de erradicação da fome e da miséria (SOUZA, 2008).

Já nos países andinos, a retomada da força política das comunidades indígenas, cuja autonomia é reconhecida, leva a um pacto social e de poder que se configura em Estados Plurinacionais, em que se dá a simbiose dos poderes comunais com o poder do Estado Nacional através de Constituições que garantem, via políticas públicas, a participação popular no poder do Estado (ROCHA, 2008). O entendimento da chamada “questão indígena”, trazida ao debate do Estado pela vertente dos direitos humanos, é crucial na análise destes casos.

Ocorre que os territórios historicamente ocupados pelas comunidades (*ayllu*) eram cobiçados e, tendo sido destruídas as estruturas organizativas originárias a partir da colonização, se sobrepuseram agentes que passaram a cobrar impostos para o Estado nacional edificado nos moldes do estado moderno europeu. O fato de serem produtores rurais e se sentirem expropriados faz com que se organizem em organizações modernas como sindicatos e tenham seu próprio secretário geral, como parte do sistema sindical (ROCHA, 2008)

No Peru, a exemplo da Bolívia, quando a lei da participação popular em 1994 possibilitou a assimilação de novas autoridades com diferentes funções dentro do *ayllu*, foram criadas personagens e instituições como o presidente da junta escolar e o comitê de vigilância.

Mais recentemente, com o processo de formação de Distritos Indígenas, quando se iniciou a recuperação do território e das titulações originárias dos *ayllus*, foi incorporado a figura do subprefeito e ainda hoje seguem sendo incorporados outros líderes ao sistema de poder do *ayllu*, desta vez em simbiose com o poder do estado nacional. (GRONDIN, 1978; ROCHA, 2008).

Da estrutura social e política moderna dos *ayllus* fala o PIEB – Programa de Investigación Estratégica da Bolívia: “*El sistema de alianzas socio-políticas y económicas de las familias [...] se apoya em três pilares fundamentales: La autonomía familiar, una estructura horizontal de toma de decisiones y el control social.*” (ROCHA, 2008, p. 74).

A noção de autonomia indígena é concebida pelos povos originários a partir da sua própria cosmovisão e não da visão externa do capitalismo moderno e de seu Estado. Fundamenta-se na existência de um sistema de governo próprio que tem força e que conserva valores, normas e princípios próprios e se contrapõe a esquemas de autonomia propostos por regiões mais industrializadas que cultivam a autonomia como um sistema departamental baseado na soberania sobre seus territórios.”*La autonomía indígena nos conviene a todos porque no es egoísta como la de ellos que solamente quiere para ellos la economía, todo. Las autonomías indígenas quieren distribuir para todos la economía nacional*” (ROCHA, 2008, p.105).

Esta forma de pensar as autonomias indígenas, que são os *ayllu* em sua forma contemporânea, produtores rurais inseridos nas relações sociais instituídas pelos Estados dependentes, reafirma as soberanias, mas rechaça o fechamento de fronteiras que impediria a passagem e a livre circulação de indígenas, assinala uma interdependência baseada na soberania alimentar e o intercâmbio de produtos entre os povos e comunidades indígenas, permitindo uma autonomia compartilhada e solidária, reivindica territórios como direito dos povos indígenas originários, e desenha a autonomia desde sua própria identidade cultural.

Assim se desenham os novos pactos de poder na América Latina: assumem o caminho percorrido historicamente. Assumem o entendimento que o sistema econômico e político europeu que aqui deitou raízes precisa ser

superado em razão da exploração das riquezas locais e da sua drenagem para o exterior e da dependência que estabelece com os países centrais. E fazem dele uma ferramenta para a construção de uma via própria de construção de um Estado democrático à imagem e semelhança das qualidades e vocações dos seus próprios povos.

REFERÊNCIAS:

Bonavides, Paulo (2010). **Teoria Geral do Estado**. 8ª Ed. São Paulo: Malheiro

Grondin, Marcelo (1978). **Comunidad Andina: explotación calculada**. Santo Domingo, Rep Dominicana: Sec de Estado de Agricultura.

Lugon, Clovis (1977). **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis, 1610 - 1768**. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Martinez, Ricardo A. (2006). **De Bolívar a Dulles. El panamericanismo, doctrina e prática imperialista**. Caracas, VZ: MINC y Ed El Perro y La Rana.

Monasterios, Karin, Stefanoni, Pablo, & Do Alto, Hervé (2007). **Reinventando la nación en Bolívia**. La Paz: Clacso, Plural.

Portugal, Ana Raquel. (2009) **O ayllu andino nas crônicas quinhentistas**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009. Recuperado em 10 de fevereiro, 2012 de <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=meSISkbS-eUC&oi=fnd&pg=PA13&dq=economia+andina&ots=7NjORMiCHF&sig=sKULaCqxspWBGPIB7ex-IGKf3PU#v=onepage&q=economia%20andina&f=false>.

Saavedra, Bautista (1987). **El Ayllu**. La Paz, Bolívia: Urquizo,

Sawaya, Rubens. **Subordinação Consentida - Capital Multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo: Annablume e Fapesp,

Silva, L. M. N. M. **Cidadania Empresarial de Petrolíferas estatais em cenários de integração regional**. In: MOTTA, Carlos Aurélio Motta.(Org.) (2007). Responsabilidade Social Empresarial e Direito. São Paulo: Juarez

Silva, L. M. N. M. (1989) **Imperialismo, dependência e Estado na América Latina**. Revista Científica da UFMS. Campo Grande:

Soares, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, Clacso, LPP.

Souza, Nilson Araujo de. **Economia Internacional Contemporânea- da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas

Souza, Nilson Araujo de . **Economia Brasileira Contemporânea – de Getulio a Lula**. São Paulo: Atlas